



Fórum Mundial de Direitos Humanos

Relatório de participação do Projeto MOVA-Brasil no Fórum Mundial de Direitos Humanos

Semana de 10 a 13 de dezembro de 2013

Brasília - DF



Sumário

Apresentação	3
1. Participantes no Fórum Mundial de Direitos Humanos	4
2. Registro das duas atividades em que o Projeto MOVA-Brasil participou da mesa de debate	5
2.1 Lançamento da Campanha – <i>Promova Consciência com Educação em Direitos Humanos</i>	5
2.2 Seminário: A construção da Educação Popular em Direitos Humanos em contextos de desigualdades – Educação Popular, Democracia e Direitos Humanos	17
3. Registros da participação em Conferências e Autogestionada	26



Apresentação

O Fórum Mundial de Direitos Humanos (FMDH) aconteceu em Brasília, no período de 10 a 13 de dezembro de 2013. O FMDH foi uma iniciativa da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), com o objetivo de promover um espaço de debate público sobre direitos humanos, no qual foram abordados temas sobre o respeito às diferenças, a participação social, a redução das desigualdades e o enfrentamento a todas as violações de direitos humanos.

O FMDH foi composto por conferências, debates temáticos e atividades autogestionadas. Os debates e as conferências contaram com a presença de diferentes pessoas com conhecimento sobre os assuntos abordados, além de autoridades intelectuais e profissionais.

Além disso, houve espaços e instâncias de participação social, conferências e debates do FMDH, bem como atividades autogestionadas para a reflexão conjunta, a troca de experiências, a articulação, a formação de redes, de movimentos e de organizações sociais.

A participação do Projeto MOVA-Brasil neste Fórum aconteceu por meio da participação de representantes dos polos, da Coordenação Pedagógica Nacional, do Comitê Gestor no estande de apresentação e divulgação do Projeto, além da participação no seminário *A construção da Educação Popular em Direitos Humanos em contextos de desigualdades – Educação Popular, Democracia e Direitos Humanos* e no lançamento da Campanha – *Promova Consciência com Educação Popular em Direitos Humanos*.

Com o objetivo de incluir o debate acerca dos direitos humanos no Projeto Eco-Político-Pedagógico (PEPP) do Projeto MOVA-Brasil, além de reafirmar o compromisso com os princípios na perspectiva da garantia dos direitos humanos, houve o engajamento para o lançamento da Campanha denominada *Promova Consciência com Educação Popular em Direitos Humanos*, o que representa um importante passo na direção de uma participação cada vez mais ativa.



1. Participantes no Fórum Mundial de Direitos Humanos

Claudiane Batista Polo Bahia

Elenice Peixoto Toledo Polo Alagoas

Iran Gomes Polo Ceará

Alessandra Rodrigues dos Santos Coordenação da área de Educação de Adultos

Claudilene Gonzaga Coordenação Pedagógica Nacional

Sandra Pereira Coordenação Administrativa Nacional

Francisca Pini Diretora Pedagógica do IPF



2. Registro das duas atividades em que o Projeto MOVA-Brasil participou da mesa de debate

2.1. Lançamento da Campanha – *Promova Consciência com Educação Popular em Direitos Humanos*

Data: 11/12/2013

Autogestionada: Educação Popular, Democracia e Direitos Humanos

Instituto Paulo Freire

Horário: 10h às 12h

Local: sala 105

Objetivo: Refletir sobre a universalização dos direitos humanos com os diferentes segmentos da população e mobilizar os participantes para o debate e para a construção de estratégias voltadas à Educação Popular em Direitos Humanos, nos diversos espaços sociais e nas políticas públicas com os diferentes povos do mundo, e construir uma Campanha de Educação em Direitos Humanos.

Entidades promotoras: IPF, Petrobras, FUP, NTC-PUC/SP, Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos, Mandato da Vereadora Mazé Favarão - Câmara Municipal de Osasco e MST.

Expositores: Paulo Roberto Padilha / Marcelo Buzetto / André Alcantara / Francisca Pini / Maria José Favarão – Vereadora Osasco / Marcia Guerra – Universidade Católica, Educação Popular e movimento da infância / Stela Graciani - PUC

Coordenação: Francisca Pini, diretora pedagógica do IPF

Apresentação

A Campanha estará sendo lançada aqui. Ela se articula com diferentes organizações e movimentos sociais para a realização de diversas atividades que desenvolvam conhecimentos, atitudes, sentimentos e práticas sociais e afirmem uma cultura de direitos humanos em toda a sociedade.



O processo de construção durou quatro meses e pretendemos ampliar ainda mais a compreensão de como enraizar esta proposta de Educação em Direitos Humanos nos anos de 2014 a 2015, tendo em vista que, ontem, dia 10 de dezembro, a ministra Maria do Rosário assinou o decreto que convocará a Conferência de Direitos Humanos.

Nós, entidades promotoras, temos a necessidade de sair deste Fórum com uma agenda política construída pelo coletivo e, gradativamente, consolidar a Educação em Direitos Humanos.

Justifica-se a ausência de Marcelo Buzetto (MST) e de André Alcantara, que ainda está no trajeto, pois veio com a delegação de São Paulo, de ônibus.

Paulo Roberto Padilha, diretor pedagógico do IPF

Satisfação em participar. Espero que todos estejam felizes. Abordarei minha reflexão, a partir do legado de Paulo Freire e a sua relação com os direitos humanos.

Pelo fato de ser coordenador da ABONG/SP, precisarei participar de outra mesa, no mesmo horário e, por isso, terei de sair após minha fala.

Um aspecto central de Paulo Freire, após o retorno do exílio, foi criar o Instituto Paulo Freire, em São Paulo. Uma organização que pudesse fazer um trabalho diferenciado em Educação Popular. Nestes anos, continuamos refletindo o eixo estruturante de sua obra, pois ela dá conta de uma educação e uma pedagogia sem fronteiras, para que possamos captar a totalidade da realidade. “O mundo não é, o mundo está sendo”, dizia Paulo Freire. Educação – ação – reflexão – ação. Paulo Freire era um homem da sua história e do seu tempo com uma visão ampla do mundo, assim como Mandela – ao qual fazemos aqui a nossa homenagem.

Não estamos aqui para concordar com o sofrimento das pessoas, mas para nos juntarmos a elas, para nos fortalecer e fazer a diferença. Estamos participando da formulação da política pública de Educação Popular, que está sendo coordenada pela presidente da República. Para mais informações sobre a Campanha, deixem os contatos na lista de presença deste Fórum.



Precisamos fazer nossos projetos com as pessoas, e não por elas. Construir junto com os quilombolas, com as pessoas com deficiência, e todos juntos vamos construindo a tão necessária Educação Popular em Direitos Humanos. Não podemos continuar separados, cada um em seu movimento, mas juntos com todos os oprimidos. Este é o processo de libertação que defendemos, quando passamos a refletir a nossa situação junto com as pessoas. Educar em Direitos Humanos só é possível quando se gosta de gente, sem arrogância e com bom humor. Colocar-se na lógica da horizontalidade. Temos de nos colocar na situação do outro, ter a capacidade de perceber outras dimensões. Não podemos nos conformar com desvios éticos, mas, sim, exigir direitos.

O sistema prisional é onde se dá o maior número de injustiça social – e não podemos nos conformar com esta negação de direitos humanos. Grande parte das pessoas em prisões é analfabeta, e nós temos atuado neste campo, por meio do MOVA-Brasil, com mais de 200 mil educandos jovens e adultos alfabetizados.

Visitem o site do IPF para acessar as publicações do Projeto Memória de Paulo Freire, Acervo Paulo Freire, história de Angicos etc. Estamos divulgando e pensando na divulgação da produção de materiais em Educação em Direitos Humanos.

Estou feliz em ver a sala cheia e a presença de muitas pessoas. Obrigado pela atenção e oportunidade.

Fran Pini

Ela destaca Paulo Freire como referencial teórico para a Educação Popular em Direitos Humanos.

Stela Graciani, socióloga e pedagoga, mestre e doutora pela PUC/SP, coordenadora do NTC PUC/SP

A sala repleta revela a angústia de que a Educação em Direitos Humanos seja um caminho para 91 países presentes neste Fórum. Sou da Sociologia, coordenei o curso de Pedagogia na PUC e



isso tem dado base para discutir o currículo dos cursos e a necessidade de aprofundamento da Educação em Direitos Humanos na formação acadêmica.

É urgente e fecunda a dimensão dos direitos humanos, por isso a Campanha está sendo lançada. Falamos de direitos humanos, mas não vemos essa questão como parte, como conteúdo de nossa formação nas salas, nos movimentos sociais, na escola. É fundamental que esta prática para a aprendizagem cidadã passe a se efetivar. A Campanha leva a uma conscientização. E é isso o que queremos: que, com a consciência, passemos a efetivá-la com ações horizontais.

A diretriz dos direitos humanos ainda tem apenas filamentos no sistema educacional e no MEC. Não temos, no curso de Pedagogia, o debate sobre os direitos humanos, mesmo com a reforma recente de suas diretrizes. Quando se discute, cita-se apenas a Declaração dos Direitos Humanos. E não se faz referência às demais processos que subsidiaram a construção de ações em direitos humanos, como o ECA, o Estatuto do Idoso etc.

Não queremos apenas mudar o modo de fazer Educação. O que queremos é a mudança da ação. Precisamos partir da ação, acolher os jovens com afeto e amorosidade. É necessário, mais do que o conteúdo, mais atitudes amorosas. Merecemos ensino e aprendizagem e isso se faz num processo crítico, emancipador; o que se faz com a construção de um projeto político-pedagógico.

A vida é um sonho. Estamos sonhando com as possibilidades de realizá-lo. Este é o interesse desta Campanha.

Fran Pini

Como iremos trabalhar para ter incidência nesta discussão nas universidades? Isso será eixo transversal de formação nos cursos nas universidades, inclusive nas graduações. Não se trata de inserir uma disciplina. O Brasil era o único país, em 2010, que tinha um Plano de Educação em Direitos Humanos.



Conforme o mapeamento feito pelo curso interdisciplinar, promovido pelo Instituto Interamericano de Direitos Humanos, intitulado “Educação em Direitos Humanos”, os cursos que se aproximam de uma perspectiva de direitos humanos são Serviço Social e Psicologia, na graduação. Na pós-graduação, Direito, com o recorte das pós-graduações nos Direitos Humanos da criança e do adolescente. Este curso foi realizado com todos os países do continente latino-americano, exceto Cuba, que não esteve presente.

Márcia Guerra, assistente social, mestre e doutoranda da PUC/SP e educadora do NTC/PUC/SP

Para falar sobre a importância da *Campanha de Educação em Direitos Humanos*, é necessário pautá-la na Educação Popular. Portanto, vamos conceituar o que é Educação Popular em Direitos Humanos, pois, embora se reconheça a Educação Popular em Direitos Humanos em si como um avanço, é necessário dizer em qual base conceitual ela se filia, pois existem diferenças nas bases teórico-práticas, na medida em que nem todas têm como perspectiva romper com a produção do sistema capitalista que tem na sua gênese as formas de opressão e de violência.

Assim, é premente dizer que a *Campanha de Educação Popular em Direitos Humanos*, que se lança neste Fórum, coloca a filosofia freiriana como pressuposto para contribuir com a construção coletiva de uma sociedade justa, igualitária e humanizada.

Infelizmente, quem mais promove direitos humanos no Brasil é a grande mídia, de modo equivocado e inaceitável. Basta lembrarmos do apresentador Marcelo Rezende, da TV Record, que pega o horário “nobre” midiático para achincalhar os defensores de direitos humanos, destilando venenosamente insultos públicos que ferem, sobretudo, a principiologia do Estado democrático de direitos.

É possível citar inúmeros exemplos cotidianos falados por Rezende:

- “Essa cambada dos direitos humanos só serve para proteger bandidos”.
- “Quem mais comete violência são os menores e não pega nada”.
- “O ECA é o maior defensor de bandido, só serve para dar direitos”.



- “(...) Aí a polícia não pode bater até sangrar na cara do cretino, pois os defensores de direitos humanos estão de plantão para prejudicar a ação policial”.
- “Direitos humanos é só pros manos”.

Mas não se trata apenas do desavisado Marcelo Rezende, pois se juntam a ele o Datena, o Ratinho e outros conhecidos inimigos dos direitos humanos, que fazem o trabalho sujo dos empresários que lhes contratam e dos que bancam com propaganda seus programas desumanos.

Dessa maneira, discute-se muito os direitos humanos em larga escala social, equivocadamente, ficando no imaginário das pessoas, em especial daquelas que são vítimas da violação dos direitos humanos, que *direitos humanos é coisa de bandido*, e não se discute, na mesma escala, o que realmente são estes direitos e quais os conflitos nos entornos dos mesmos, no momento de sua efetivação. Pouco se discute as estratégias para se promover direitos humanos para todos.

Neste sentido, é fundante a articulação e organização de uma *Campanha Nacional de Educação Popular em Direitos Humanos* – não para as pessoas, mas com as pessoas, a partir de análises de conjuntura, elaboração de estratégias participativas e troca de experiências, capazes de favorecer o fortalecimento de redes que atuam no âmbito da defesa, promoção e controle dos direitos humanos. Esse processo de construção coletiva contribuirá com “um outro projeto societário”, conforme aponta o Fórum Social Mundial, rompendo com as “lições maquiavélicas” de dividir as pessoas para melhor (des)governar.

A Educação Popular em Direitos Humanos vem romper com os modelos de educação que nos (des)formaram, um olhando na nuca do outro. Assim, precisa-se romper com a empáfia academicista daqueles que se acham melhores do que os outros, e pouco ou quase nada reconhecem o saber popular como sendo primordial na elaboração de pesquisa, teses, dissertação, políticas públicas etc. Assim, a Educação Popular em Direitos Humanos se constrói pela interlocução de diversos saberes. Jamais se reduzirá a atos conteudistas e empafiosos, pois todos e todas serão protagonistas de uma outra história que poderá ser construída na caminhada coletiva da humanidade.



A Educação Popular em Direitos Humanos precisa reconhecer, antes de tudo, que existe uma “justa ira” daqueles que foram aviltados na carne e na dignidade humana por morarem em favelas, por serem negros, índios, nordestinos, palestinos, ciganos, travestis etc. Para tanto, existe a necessidade de se abrir Círculos de Cultura em Direitos Humanos para problematizar os sentimentos de injustiças e, para juntos, pensarmos em estratégias de efetivação de direitos humanos. E nesta trilha há de se integrar os intelectuais orgânicos, os movimentos sociais, as mídias alternativas, os políticos “éticos”, gestores públicos, empresas parceiras, representantes de entidades sociais, associações e sindicatos, membros dos conselhos dos direitos, os juízes, os defensores públicos, dentre outros.

É possível afirmar que a disputa na consolidação de direitos humanos não se passa pelas definições ou conceituações meramente, mas, sobretudo, quando se discute os direitos coletivos (noutras palavras, a luta do “direito a ter direitos” – consentimento ou consenso difícil de fazermos numa sociedade marcada pelas contradições de interesses de classes sociais). Alguns querem a privatização das políticas e a negação dos direitos e outros querem a universalização, democratização e afirmação das políticas para todos, independentemente de classe social, como estratégia cabal para a implementação dos direitos.

Daí a necessidade da Educação Popular em Direitos Humanos à luz da filosofia freiriana como instrumentalidade para se promover direitos humanos em larga escala, objetivando reflexões sobre a importância da (re)construção dos nossos marcos legais, sociais e políticos. Marcos esses que precisamos discutir e analisar para que possamos melhor compreender a disputa avassaladora no entorno dos direitos humanos, em especial quando se luta em prol daqueles que vivem em situação desumana, como, por exemplo, os presos.

Assim, essa Campanha servirá, também, para a formação política de diferentes atores sociais para fortalecer as políticas públicas e garantir os direitos humanos. Portanto, esse processo participativo e coletivo desencadeará um novo olhar sobre o protagonismo humano das pessoas em buscarem espaços e grupos para firmarem politicamente na luta pela efetivação de direitos humanos, a partir de seus territórios e de suas bandeiras de lutas. Bandeiras essas que jamais



poderão estar desagregadas ou desintegradas, na medida em que os pressupostos de direitos humanos são indivisíveis.

Outro imprescindível elemento desta Campanha é a articulação e o fortalecimento da Rede de Educação Popular em Direitos Humanos, por meio da identificação e troca de experiências das ações em direitos humanos, desenvolvidas pelo governo e/ou pela sociedade civil.

A Educação Popular em Direitos Humanos não deveria ser isolada por setores organizados da sociedade, mas, também, pelo exercício ético de cada pessoa na sua empreitada cotidiana, por maior ou por menor que seja, pois os direitos humanos não são abstratos, materializam-se por posturas e ações concretas.

Um bom exemplo disso foi uma conversa com o meu irmão. Perguntei se ele se lembrava de alguém que havia marcado sua infância, além de nossos pais, que faziam o possível para nos sustentar em tempos de secas no sertão nordestino. Ele não pensou muito e de pronto respondeu: “lembro da Socorro, merendeira da escola, que sempre me dava três lanches escondida dos demais para que não mangassem ou zombassem da minha necessidade”. Assim, não existe o maior e nem o menor na concretização dos direitos humanos e, sim, aqueles que se eternizam nos corações das pessoas e na luta de todo dia por um bem melhor.

Como podemos ver, somos muitos, não somos poucos, como a grande mídia tentar encaixotar em nossas cabeças. Estamos juntos numa marcha poderosa, pois queremos a conquista democrática, sonhada e travada no chão de nosso País; uma democracia de fato e de direito que construa uma outra sociedade e não se resuma no fazer participativo do faz de conta.

Finalizo lembrando o inesquecível poeta popular Patativa do Assaré, cearense, que denunciou e anunciou um novo canto a partir de sua tristeza ao ver milhões de pessoas vítimas do êxodo rural se retirando da caatinga para as grandes capitais e outros tantos sem rumo e sem esperança. *“Pela estrada da vida nós seguimos, cada qual procurando melhorar, vimos e ouvimos tudo na vida e desejamos na mente interpretar, pois todos nós no mundo temos o sagrado direito de pensar”.*



É dessa forma que faremos a nossa *Campanha de Educação Popular em Direitos Humanos*, com as pessoas – e não para elas.

Fran Pini

Destaco a coragem da Márcia Guerra de apresentar a reflexão a partir da indignação e como Apolônio de Carvalho¹, comunista, dizia: “É preciso coragem para mudar o Brasil”. A Márcia recoloca este debate em nossa pauta de discussão com bastante ênfase e já propõe em sua fala a necessidade de a Campanha enfatizar o popular como princípio da Educação em Direitos Humanos.

Mazé Favarão, vereadora da Câmara Municipal de Osasco (SP)

Atuou como secretária de Educação por duas gestões em Osasco e começou seu relato afirmando que, naquele período, teve orçamento para investir em práticas de Educação em Direitos Humanos e contou com assessoria de organizações como o IPF. Conseguiu implantar o Conselho de Gestão Compartilhada em substituição ao Conselho Escolar. Inovou na construção coletiva do Projeto Eco-Político-Pedagógico (PEPP). Constatou que havia um problema: como as famílias vão participar, opinar, sem saber o que é PEPP, LDB, Constituição Federal?

Para promover condições de participação, nós asseguramos formação às famílias e crianças e o conhecimento do ECA. Poucos de nós lemos o ECA, mas, em Osasco, o implementamos. E esta implementação é fruto de uma rede de proteção.

Estou vereadora. Incomoda-me a pobreza dos temas debatidos no Legislativo. Restringem-se, às vezes, a instituir dia de alguma coisa, nome de rua, de escola, sem discutir outros temas mais complexos. Sentimo-nos estimuladas a aproveitar e potencializar este espaço de debate. Como somos assistidos com TV e áudios, começamos a debater, levantar temas de interesse da sociedade e não tem sido fácil.

¹ Apolônio de Carvalho (1912-2005), militar que aderiu à Aliança Libertadora Nacional nos anos 1930, combateu pela República na Guerra Civil Espanhola (1936-1939), lutou na Resistência francesa, foi guerrilheiro no Brasil nos anos 1960 e fundador do PT.



Realizamos uma audiência pública sobre a redução da maioria penal. Quando falamos que iríamos fazer isso, me chamaram de louca, pois iria perder votos. Ficamos apreensivos, mas fizemos, pois é o que defendemos. Levamos educadores, movimentos, líderes religiosos etc. Poucos vereadores fizeram uso da palavra.

Existe a Tribuna Livre nas Câmaras Municipais para falar de assuntos de interesse social. Não é algo difícil, tem duração de 15 minutos. É uma grande sacada passar a utilizar este meio de comunicação para semear as ideias que nos interessam. Nosso papel tem de ser de disputa dos espaços institucionais para que se efetivem as indicações do Plano de Educação em Direitos Humanos. A mídia é outro ponto que queremos incluir como assunto de debate nesta Campanha. Não temos espaço na mídia e também somos formadores de opinião. Cobrem de seus representantes! Muito obrigada.

Fran Pini

Destaco a importância do Legislativo e da ocupação desse espaço pela sociedade. Para apresentar a Campanha, convido Dilermando Tell, da Petrobras, que também é integrante da Campanha pelo MOVA-Brasil, para conjuntamente ler o texto da Campanha e apresentar os produtos: botões, texto, camisa, adesivos, site, Facebook e e-mail.

Intervenções da Plenária:

Daniel - UF - Santa Catarina: Enxergar de outra maneira a educação. Esta pauta é paralela no Fórum, e é uma incoerência. A educação também não pode ser paralela à educação institucional. Precisamos discutir como mudar, inclusive, o conceito de educação e de sociedade. E da forma como está colocada hoje no nosso país é uma hipocrisia.

Kenedy - ACP - Ceará: Educação Popular é conhecimento que a gente leva para a nossa comunidade, para as pessoas com as quais nós trabalhamos. Trabalhamos com pessoas com HIV e profissionais do sexo que se sentem sem direito ao acesso a alguns serviços, principalmente na área de saúde. Vemos o isolamento das organizações na questão política, mas o preço do fósforo passa por aí. Precisamos discutir a importância do voto e a falta de conhecimento para saber que votar nos traz consequências.



Daniel Guerra - Movimento de Rua - Florianópolis: Muitos direitos humanos são negados. Fomos informados de que o lixo das praias estaria sendo recolhido, e este lixo são as pessoas que sobrevivem lá. A riqueza vive da pobreza, e isso é triste, pois muitas pessoas morrem todos os dias. A lei não nos protege. Um amigo me dizia: “espelho meu, existe alguém mais invisível do que eu?” Um Fórum como este não era para ser feito isolado. Daniel adere integralmente à Campanha.

Aline - Bahia: Estudante de Serviço Social da Bahia. É importante se organizar. Não dá para esperar do governo. Viemos para cá e temos de voltar e contribuir nisso, pois o que muda é a luta e a organização social, a mobilização. Nós, na Bahia, nos organizamos para disputar e ocupar as cadeiras da universidade. Debates sobre o extermínio do negro, as cotas, a assistência estudantil e é isso que fazemos na universidade e nas diversas instituições. Organizar para transformar! Aline adere à Campanha.

Claudiane - Bahia: Instigada pela fala da vereadora e da Márcia. Espaços acessíveis para a população faz a gente pensar no nosso processo de Leitura do Mundo, categoria formulada por Paulo Freire, em que convocamos a comunidade para discutir os problemas locais e juntos identificarmos as possibilidades de intervenção. Temos utilizado as Câmaras de Vereadores na Bahia para discutir, por meio de audiências públicas, as questões de interesse social. Às vezes, não percebemos o vereador como um representante nosso, e os educandos do MOVA têm discutido este papel dos nossos representantes. A sala de aula do MOVA não é só para se aprender a ler e escrever, mas como espaço de participação cidadã.

Camila - Santa Catarina: Tínhamos quatro disciplinas de Sociologia e, hoje, temos que pensar como o currículo dá conta da reflexão dos direitos humanos.

Maria Isabel - Osasco/SP: Parabenizo os promotores da Campanha pela belíssima apresentação. A base de tudo é a educação. Ouvimos o Pablo Gentili dizer que os direitos humanos devem ser a bandeira de todos os povos, e a educação a base da mudança. É necessário democratizar a educação. Vamos à luta!



Fórum de Mulheres da Amazônia Paraense - Belém do Pará: A representante fez a leitura de uma carta de repúdio ao Pastor Feliciano pelas ações aprovadas na Comissão.

Márcia Oliveira - Rede não bata, eduque! Ainda defendem a palmada pedagógica, e o nosso desafio é mudar isto. A palmada não educa.

Encaminhamentos:

- 1- Publicar as adesões no Facebook.
- 2- Ampliar o título da Campanha para *Promova Consciência com Educação Popular em Direitos Humanos*.
- 3- Construir a agenda das atividades a serem desenvolvidas em 2014 e 2015.
- 4- Manter a comunicação atualizada entre as pessoas e organizações.



2.2 Seminário: A construção da Educação Popular em Direitos Humanos em contextos de desigualdades – Educação Popular, Democracia e Direitos Humanos

Data: 12/12/2013

Autogestionada: Seminário Educação Popular, Democracia e Direitos Humanos

Instituto Paulo Freire, FUP, Petrobras

Horário: 18h às 20h

Local: sala 101

Objetivo: Refletir sobre as experiências de Educação Popular e Direitos Humanos no campo das políticas sociais e movimentos sociais, para promover o debate sobre os limites e possibilidades da construção democrática no controle da esfera pública e da incidência nas políticas sociais, tendo como referência a Educação em Direitos Humanos.

Relatoria: Claudilene Gonzaga

Coordenação: Alessandra Rodrigues

A apresentação contextualiza o objetivo do Seminário e a satisfação de estar na construção deste Fórum Mundial.

Participantes do Seminário:

Kátia Lima – Coordenadora do Orçamento Participativo de Guarulhos.

Janete Aparecida – Secretária da Assistência Social de Campinas.

Carmem Senra – Assessora Técnica de Campinas.

Armando Ramos Tripodi – Gerente Executivo de Responsabilidade Social da Petrobras.

João Antônio de Moraes – Coordenador Geral da FUP.

Moacir Gadotti – Professor titular da USP e Presidente de Honra do Instituto Paulo Freire.

Kátia Lima

Ela destaca a importância dos espaços de diálogo e das aprendizagens adquiridas conjuntamente com os movimentos sociais.



Guarulhos cresce em serviços pela atração de investimentos em rodovias e há forte crescimento populacional e também desenvolvimento. Nos anos de 1950, eram 35 mil e hoje são 750 mil moradores. A ocupação é caótica e desordenada. E, neste contexto, a gente passa a montar o Orçamento Participativo (OP) como um instrumento de discussão popular sobre os recursos públicos.

Essa discussão é realizada a cada dois anos, são eleitos conselheiros por bairros para, juntos, construirmos o plano de obras de cada bairro. São convocadas plenárias mediante ampla divulgação e qualquer cidadão pode participar e se candidatar. O conselheiro fiscaliza o investimento do governo. Os fóruns fiscalizam os conselheiros e o poder público. São realizadas caravanas para que os conselheiros tenham a visão da cidade integrada que, às vezes, não é percebida no bairro. São garantidos, também, os encontros avaliativos.

O motivo maior da nossa participação neste Seminário passa pela relação que existe na metodologia freiriana e o OP – e, por isto, recebemos assessoria do IPF. O ciclo do OP tem um processo formativo e dialógico. As principais características da metodologia são:

- dialogia;
- Círculo de Cultura;
- Leitura do Mundo
- avaliação e sistematização.

A discussão é algo quente, que reflete o momento.

Apresentação de fotos das Crianças Ubuntu como parte do processo formativo para refletir o que somos e como queremos ser (a partir das reflexões do que era a nossa cidade).

Apresentação dos conteúdos do OP:

- Orçamento Público e Orçamento Participativo;
- participação e mudança sociais;
- formas da democracia participativa; etc.



O momento no País é cabível para discutirmos a política e o político. Desta forma, o desafio posto é como fortalecer esta rede.

Estamos na construção do compromisso nacional pela participação social. Esta discussão passa pela articulação federativa como espaços de diálogo e interdependência dos Sistemas. Qualquer gestor público pode assiná-lo e implementar as metas que estão disponíveis no site. O material ficará acessível aos participantes do Seminário.

Janete Aparecida

Trago a experiência de Campinas a partir dos anos de 1980, período que demarca forte participação social e influencia a Assistência Social – que, anos depois, resulta na elaboração da política nacional. Foram oito anos de luta entre a discussão e a instalação da política nacional.

Um marco para nós é a Constituição Federal, que tem um aspecto dirigente com fins a serem seguidos pelo estado e pela sociedade. É o fazer cotidiano que vai garantir também a participação da família na implantação dos direitos previstos na Constituição. A família precisa ser protegida com condições para exercer a sua participação não estatal.

A Constituição não é um instrumento de governo, mas de exercício de poder. Portanto, determina: *Faça cumprir!* Nesse sentido, a participação popular passa a ter um papel imprescindível na apropriação de novos valores de participação cidadã.

Destaco a importância da riqueza do processo na implementação da Constituição Dirigente. Também a descentralização do poder político. Sabemos que a existência da lei não garante a automática aplicabilidade. É a participação social que vai assegurar as condições. Neste contexto, insere-se a Assistência Social – a perspectiva de direito do cidadão, de dever do Estado e o olhar para os interesses e direitos coletivos e individuais.



Carmem Senra

Ela registra que traz com carinho e ternura a experiência de Campinas. Faz um relato de Formação Continuada com trabalhadores do SUAS, demandada pelos trabalhadores que propuseram a perspectiva freiriana e daí se firma a parceria com o IPF.

A convergência deste relato com o Fórum é o foco no respeito à diversidade e redução das desigualdades. A Formação Continuada se iniciou em 2012, e visa a ressignificar a atuação dos trabalhadores de Centros de Referências (CRAS), de modo a contribuir para a promoção da defesa e incidência na garantia da Política Pública de Assistência Social (AS).

Fizemos o Estudo da Realidade e a elaboração do PEPP, com foco nas prioridades do CRAS. As reflexões sobre a Leitura do Mundo foram:

- a relação socioassistencial, sociofamiliar;
- o território da AS.

Com a incursão pelo território, aprofundamos os dados que já dispúnhamos nas dimensões econômica, social etc. Depois, reunimos estes dados e construímos um plano de ação de gestão territorial a partir do Marco Referencial da AS. O cenário de 2013 reconfigura a Rede Socioassistencial, que foi complementada com novos profissionais integrados à proposta iniciada em 2012.

Propostas para 2014:

- temos como desafio a continuidade e a integração de todos os profissionais do serviço público e privado nos territórios, envolvendo mais de 300 participantes.

Avanços e desafios:

- garantia de espaços de educação permanente no SUAS;
- fortalecimento dos trabalhadores do SUAS e ao sentido atribuído à sua atuação profissional;
- o protagonismo; aprender a conviver com as diferenças;
- decidir em grupo e reconhecimento do saber do outro.



Saímos fortalecidos quando superamos o fatalismo.

João Antônio de Moraes – FUP

Hoje, o debate da educação e da democracia se relaciona diretamente com o mundo do trabalho, que é o nosso campo de atuação. A discussão até aqui facilita o nosso diálogo. Estamos há 25 anos da Constituição de 1988, que reflete grandes avanços na questão da democracia e da participação popular. Hoje, percebemos um recuo e uma cultura autoritária na sociedade, fruto da ditadura que vivemos em nosso País.

Esta parceria com o IPF possibilitou desenvolver o Projeto MOVA-Brasil, que tem três parceiros como tripé de uma experiência muito interessante na sociedade. Temos uma empresa como a Petrobras, que é parceira do MOVA.

Hoje debatemos a importância de uma reforma política – e, se nós tivéssemos experimentado mais de uma educação freiriana e libertadora, as nossas conquistas na Constituição seriam maiores e a participação popular hoje seria maior. A educação libertadora tem uma contribuição muito grande a dar para a construção de uma sociedade melhor.

Agradecemos aos participantes, pois estamos com atividades paralelas também importantes e ter pessoas aqui debatendo a educação libertadora é sinal de que há muitos pensando a mudança deste País.

A ideia de que vivemos nos municípios é algo importante neste Seminário, que passa pelas experiências apresentadas anteriormente por Guarulhos e Campinas. O MOVA também passa por aí, e dialoga com a nossa prática sindical pela noção que o sindicato se firma no chão da fábrica – e na ideia do Sindicato Cidadão. Este Seminário traz uma discussão muito rica para que o Brasil tenha contribuições para a superação do aprisionamento da democracia e acreditamos que a educação tem grandes contribuições a dar.

Armando Ramos Tripodi



Agradecemos o convite. Apresentamos o Programa Petrobras Desenvolvimento e Cidadania, que se encerra em 2013 devido à sua reformulação. Em novembro, lançamos o Programa Petrobras Socioambiental – e o que nos orgulha é o formato e a ação estratégica.

As questões cidadania e ambiental andavam de forma separada. E depois pensamos: o ser humano não vive separado do meio ambiente. “Não existe floresta de pé, sem que as pessoas estejam em pé”. Nossa preocupação central é com a sustentabilidade, que contribua para a construção de cidadãos.

Serão 1,5 para investimento neste programa. A marca não quer apenas agregar valor à empresa, à mídia... Mas, sim, o resultado – o impacto social que as ações geram na vida das pessoas. Queremos saber a média de desempenho na escolaridade das crianças atendidas nas nossas ações. Estamos construindo indicadores que estão nos ajudando a verificar como estamos contribuindo para transformar pessoas, e é isto que nos move com o MOVA.

Parabenizamos os gestores que contribuem para a gestão destas tecnologias socioambientais, metodologias e de seus resultados. Lançamos o Programa Esporte Educacional para desenvolver estas aprendizagens adquiridas nestas tecnologias sociais, para que os nossos professores das escolas públicas não sentem com o apito no chão da quadra poliesportiva, mas possam ir jogar com as crianças. Temos muitas pessoas neste trabalho como pontas de lança para que tivéssemos alfabetizado mais de 200 mil pessoas no MOVA, que individualmente é o maior projeto da Petrobras, realizado conjuntamente com a FUP e o IPF.

Precisamos melhorar a universalização destes recursos na Petrobras, e agora, ao invés da seleção nacional, estamos democratizando com seleções em territórios e municipais (por empreendimento).

Agradeço imensamente este momento por poder compartilhar com a FUP, com o IPF e demais parceiros de mesa e os convidados presentes.



Moacir Gadotti

Estou feliz em estar com todos neste Seminário. Minha reflexão breve é sobre o tema que nos une nesta mesa. Na leitura sobre o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH), a expressão Educação Popular aparece apenas duas vezes como educação informal, e não Educação Popular, como dizia Paulo Freire. É essencialmente uma concepção de direitos humanos essa perspectiva de Educação Popular, emancipadora e libertadora. Lançamos a Campanha *Promova Consciência com Educação Popular em Direitos Humanos* para marcarmos a posição da Educação Popular como concepção de educação. Por isto, aqui falamos em Educação Popular e Direitos Humanos, e isso passa pela democracia que buscamos de uma sociedade igual para todos – que se dá pela radicalidade da democracia.

Queremos uma sociedade de direitos e não de desigualdades. Já dizia Paulo Freire que a educação não é neutra. Nesse sentido, temos de avaliar a ótica dos direitos humanos, pois ele pode ser realizado com uma política que não é democrática, como é a questão da mídia. Não há democracia na mídia. Não há controle social da mídia, e comunicação é poder. Portanto, quando falamos em Educação Popular e em Pedagogia do Oprimido, falamos essencialmente de direitos humanos pela ótica que estamos tratando.

Para nós, inclusive no MOVA, o direito à educação é uma questão de direito à sobrevivência. A Educação de Adultos trata da formação e aprendizagem ao longo de toda a vida, vai além da questão da idade própria de se aprender, que é regulamentada.

Castelo Branco extinguiu, em 1964, o Plano Nacional de Educação de Jovens e Adultos. Naquele momento, tínhamos 65 mil Círculos de Cultura organizados no Brasil para fazer a revolução popular. Dali para cá, não tivemos outra política formulada. Numa Conferência em Nairobi, foi afirmado que o direito à educação é o direito de se emancipar. Temos de resgatar este sonho de Paulo Freire. Tivemos muitas conquistas em educação em outras modalidades, mas continuamos praticamente estagnados. Precisamos fazer um grande esforço para avançar.



Não se trata apenas de aprender a ler e escrever, mas de formação de princípios e valores. É esta a contribuição do MOVA no campo dos direitos humanos. Paulo Freire propôs esta metodologia como forma de construir junto com a sociedade a transformação que queremos. Não rejeitamos a ideia de parceria que experimentamos no Projeto, pois ela se firma neste conceito. O MOVA é uma tecnologia social que pode e precisa ser replicada pelo seu poder de emancipar as comunidades. Trabalhamos com educadores populares, das próprias comunidades, pois eles contribuem para mudar a comunidade.

Precisamos de um Plano de Educação Popular. Temos que fazer isto junto com a sociedade. Este Fórum teve apenas duas discussões sobre Educação Popular. Mas tudo conspira neste momento para que avancemos em Educação Popular e Direitos Humanos a partir de 2014.

Nosso empenho é reunir esforços para realizar o sonho de Paulo Freire, de eliminar o analfabetismo – que é o motivo de existência do MOVA.

Intervenções da Plenária:

Ricardo/SP – Baixada Santista: Preocupação com as metodologias de Educação Popular (EP) sem a essência do que foi Angicos. Chega-se às escolas e se vê espaços inapropriados e não os Círculos de Cultura. Penso até que ponto as metodologias de EP utilizadas não precarizam a metodologia. Outra coisa é o mote da educação bancária do País e a ausência da educação na Política de Assistência Social.

Recilda/RS: Emocionada pelo trabalho que desenvolve com a Recid, o aprendizado é bastante significativo. Fizemos uma oficina de customização e só assim percebemos que uma pessoa que não pegava a agulha não enxergava, e ela foi encaminhada à Política de Assistência Social e ao oftalmologista. Quando pegou o RG, percebeu que estava não assinante, mas já estava alfabetizada a partir dos textos e livros disponibilizados nas aulas do curso. Sofria de opressão e submissão no ambiente doméstico e, aos poucos, foi se libertando num curso que inicialmente não tinha este fim, mas dentro do que fazemos somos efetivamente educadores populares.



Márcia Guerra/SP: *(Enfatiza que a Educação Popular não é concepção de educação para pobres, mas sim a anúncio de um outro projeto de sociedade, em que a educação é o caminho para a transformação social).* A campanha lançada ontem vem numa perspectiva de que não queremos uma educação para as pessoas, mas com as pessoas.

Considerações finais:

Gadotti aponta a preocupação com o encaminhamento dos educandos no Pós-MOVA, pois a gente sabe que as escolas que irão acolher os educandos ainda estão atuando noutra perspectiva.

Janete destaca que, às vezes, o Estado retira as crianças da família, mas elas continuam sofrendo violação de direitos humanos. Ressalta a importância de as crianças não perderem o vínculo com seu meio, família e comunidade, mesmo quando atendidas e acompanhadas com ações de apoio socioassistencial. Então, o desafio é olhar a transversalidade das políticas públicas.

Moraes agradece pela oportunidade aos educadores e militantes que fazem este projeto e modelos semelhantes que têm contribuído para a transformação do nosso País, historicamente sonhados pelas elites. Também agradece aos colaboradores da Petrobras que contribuem para uma Petrobras diferente da que sempre tivemos. Sigamos na construção de uma sociedade melhor para todos!



3. Registros da participação em Conferências e Autogestionada

Atividade 1

Nomes: Claudiane Batista, Elenice Peixoto Toledo e Iran Gomes

Polos: Alagoas, Bahia e Ceará

Título da atividade: Conferência I. Os direitos humanos como bandeira de luta dos povos.

Data/horário: 11/12, das 8h às 10h

Público participante: Geral

Local e entidade/instituição promotora: Auditório 1

1. Objetivos da atividade

Abordar a luta dos povos pelo reconhecimento de seus direitos, a conquista dos direitos humanos por meio das lutas sociais e as recorrentes violações que ocorrem pelo mundo.

2. Conteúdos da atividade

Direito humano – democracia – resgate da história.

3. Principais reflexões ou conteúdos abordados

Pablo Gentili resgatou os dados da violência no mundo e no Brasil, destacando os casos de violência contra crianças, adolescentes, jovens e mulheres. Em todo mundo, cerca de 160 mil jovens negros foram assassinados em oito anos. Só no Brasil, são 20 mil por ano.

Apresentou alguns dados da Unicef, relatando que, no mundo, o índice de mortalidade infantil reduziu. Porém, ainda temos 18 mil crianças no mundo que morrem por dia, vítimas de doenças que poderiam ser evitadas, como: diarreia, desnutrição, difteria, entre outras.

Na África do Sul, cerca de 40% das mulheres já sofreram algum tipo de violência, sendo que a cada seis horas uma mulher morre, sendo vítima de violência sexual. Um dado alarmante



apresentando foi que, a cada quatro minutos, uma mulher menor de 6 anos é violentada na África do Sul.

4. Comentários adicionais

A defesa dos direitos humanos deve estar ligada diretamente à causa. Assim como a luta pela desigualdade e violência, se não estiver ligada à causa, não vai passar de mera retórica. “Direito humano à educação é muito significativo, porque é um direito que promove direitos.” (Pablo Gentili)

5. Principais aprendizagens

Não perder de vista que a ação alfabetizadora é uma possibilidade de garantir o acesso e a efetivação das políticas públicas.

A educação é um direito fundamental que possibilita o processo de emancipação do sujeito na luta pela autonomia, acesso ao trabalho e o desejo para outras aprendizagens.

Reconhecemos que o acesso aos equipamentos, (escola, posto de saúde, CRAS, quadras esportivas etc.), não são suficientes para garantir a qualidade e efetivação dos serviços ofertados.

Atividade 2

Nomes: Claudiane Batista, Elenice Peixoto Toledo e Iran Gomes

Polos: Alagoas, Bahia e Ceará

Título da atividade: A transversalidade dos direitos humanos.

Data/horário: 13/12, das 8h às 10h

Público participante: Geral

Local e entidade/instituição promotora: Auditório 1



1. Objetivos da atividade

Analisar a coordenação das políticas públicas de direitos humanos, integração das bandeiras de lutas, o papel dos diferentes atores no processo de enfrentamento às violações de direitos humanos e a valorização da participação dos sujeitos de direitos como centro da política.

2. Conteúdos da atividade

- sujeito como centro da política;
- enfrentamento das violências;
- coordenação das políticas públicas em direitos humanos;
- integração das bandeiras de luta.

3. Principais reflexões ou conteúdos abordados

A conferência se iniciou com a abordagem de Paulo Vannuchi discorrendo sobre quatro transversalidades em categorias:

- sociedade civil e Estado;
- entre poderes da República;
- as interligações dentro do poder executivo;
- as interligações entre os sistemas nacionais e internacionais (afirmando que a relação entre as mesmas são marcadas por tensões).

Ele citou o conceito de Estado, retratando Aristóteles, Marx e Gramsci.

Segundo Vannuchi, “a mais importante das transversalidades é aquela em que a minoria contesta a maioria”, afirmando que a democracia não é apenas a decisão da maioria. Ele citou como referências de Estados democráticos, nos últimos anos na América Latina, o Brasil, o Uruguai e o Chile.

Em relação ao Poder Judiciário brasileiro, afirma que se o mesmo tivesse uma postura de enfrentamento mais efetiva contra o trabalho escravo, a exploração de crianças e adolescentes e a tortura, o Brasil teria avançado muito mais.



4. Comentários adicionais

Angelino Gazón afirmou que a política de direitos humanos precisa ser uma política pública global: como se globalizou a economia, que se globalizem os direitos humanos, conclamando que não se permite que o Estado e os servidores públicos violem os direitos humanos.

5. Principais aprendizagens

Que a autodeterminação dos povos não impeça a criação de frentes de países no combate à violação de direitos humanos, independentemente dos organismos internacionais.

6. Encaminhamentos/responsáveis e agendas

Angelino Gazón (Colômbia) propôs que o Fórum fizesse um pronunciamento em favor da luta pelos direitos humanos na Colômbia.

Atividade 3

Nomes: Claudiane Batista, Elenice Peixoto Toledo e Iran Gomes

Polos: Alagoas, Bahia e Ceará

Título da atividade: Paradigmas de redução de desigualdades com base em direitos humanos.

Data/horário: 12/12

Público participante: Geral

Local e entidade/instituição promotora: Auditório 1

1. Objetivos da atividade

Analisar os paradigmas de redução de desigualdade com base em direitos humanos. As temáticas da equidade, da igualdade, da indivisibilidade e da interdependência na efetivação dos direitos abordadas no debate tiveram destaque para as discussões referentes à ampliação e realização dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais.



2. Conteúdos da atividade

- paradigmas de redução de desigualdades com base em direitos humanos;
- as temáticas da equidade, da igualdade, da indivisibilidade;
- ampliação e realização dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais.

3. Principais reflexões ou conteúdos abordados

Márcio Pochmann inicia sua fala fazendo uma reflexão sobre as múltiplas dimensões dos direitos humanos. Ele cita três elementos fundamentais para a discussão: a ciência, a política e o estado.

A ciência é muito importante para o estudo da desigualdade humana e, para mudar a realidade, é necessário conhecê-la. Outro elemento muito importante é o papel da política definido como capacidade do ser humano em reunir força/consenso para estabelecer mudanças. As políticas públicas são elementos que fazem com que a realidade se altere.

4. Comentários adicionais

Pochmann destaca a afirmação de Rousseau sobre os dois tipos de desigualdade: a natural e a política. Sendo que a primeira é definida como humana, diferença entre homem e mulher; e a segunda como a política que é produzida pelo homem, sendo que essa pode ser alterada.

5. Principais aprendizagens

- necessidade de pensar políticas públicas matriciais integradas em uma perspectiva da totalidade;
- o Fórum como um espaço de aprofundamento da reflexão sobre a realidade de exclusão e negação de direitos;
- Necessidade de enfrentar os medos e ousar a fazer diferente.